

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 28/XII/3.^a SL

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 11 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**

2. **Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Economia e Obras Públicas sobre o artigo 11.º da proposta de lei n.º 141/XII/2.^a (GOV) – Aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras;**
Relatora – Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

3. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
.COM(2013)528 - Proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo entre o Canadá e a União Europeia sobre a transferência e o tratamento dos dados dos registos de identificação dos passageiros;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
.COM(2013)833 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a eliminação da mutilação genital feminina;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
.COM(2013)821 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao reforço de certos aspetos da presunção de inocência e do direito de comparecer em tribunal em processo penal [SWD(2013)478, SWD(2013)479 e SWD(2013)500];
Relator - Deputado Jorge Lacão (PS)
.COM(2013)822 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal [SWD(2013)480, SWD(2013)481 e SWD(2013)492];
Relator - Deputado Jorge Lacão (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 28/XII/3.^a SL

.COM(2013)824 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao apoio judiciário provisório para suspeitos ou arguidos privados de liberdade e ao apoio judiciário em processos de execução de mandados de detenção europeus [SWD(2013)476, SWD(2013)477 e SWD(2013)499];

Relator - Deputado Jorge Lacão (PS)

- 4 Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:
Petição n.º 311/XII/3.^a – Solicita a aprovação da «Lei pela República», cujo projeto anexa;
Relatora – Deputada Isabel Alves Moreira (PS)**
- 5 Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para a audição do Ministro da Administração Interna sobre os acontecimentos ocorridos no dia 21 de novembro de 2013, em frente à Assembleia da República, uma vez que diversas notícias dão conta de já ter sido concluído o relatório da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI);**
- 6 Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foi dada a palavra à Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) para fazer a apresentação do parecer, solicitado pela Comissão de Economia e Obras Públicas (CEOP), sobre o artigo 11.º da [proposta de lei n.º 141/XII/2.^a \(GOV\)](#) - Aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras. Após o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) ter felicitado a Senhora Deputada relatora pela análise profunda que fez sobre a matéria, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) procedeu à apresentação do seu relatório sobre a iniciativa europeia COM(2013)528 - Proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo entre o Canadá e a União Europeia sobre a transferência e o tratamento dos dados dos registos de identificação

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 28/XII/3.^a SL

dos passageiros. Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Procedeu depois, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), à apresentação do seu relatório sobre a iniciativa europeia COM(2013)833 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a eliminação da mutilação genital feminina. Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) apresentou conjuntamente os seus relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias, que foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV: COM(2013)821 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao reforço de certos aspetos da presunção de inocência e do direito de comparecer em tribunal em processo penal [SWD(2013)478, SWD(2013)479 e SWD(2013)500]; COM(2013)822 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal [SWD(2013)480, SWD(2013)481 e SWD(2013)492]; e COM(2013)824 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao apoio judiciário provisório para suspeitos ou arguidos privados de liberdade e ao apoio judiciário em processos de execução de mandados de detenção europeus [SWD(2013)476, SWD(2013)477 e SWD(2013)499]. Na intervenção que proferiu, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) partilhou uma reflexão sobre a dinâmica da integração europeia nos domínios do Direito Processual Penal e do Direito Penal, que caminha de forma muito acelerada para um processo de decisão que imporá as regras de direito europeu ao Direito Penal interno dos Estados-Membros e que envolverá um esforço de harmonização com impacto nas diferentes ordens jurídicas, reconhecendo, no entanto, que a ordem jurídica portuguesa já regula estas matérias de modo satisfatório e, portanto, não será necessário um esforço especial de harmonização. Em seguida, usaram da palavra o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) para felicitar o Senhor Deputado relator pela reflexão que fez, tanto escrita como oral, sobre estas matérias

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 28/XII/3.^a SL

No ponto quatro da ordem do dia, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentou o relatório final referente à petição n.º 311/XII/3.^a – Solicita a aprovação da «Lei pela República», cujo projeto anexa. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Procedeu-se, por fim, à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Administração Interna sobre os acontecimentos ocorridos no dia 21 de novembro de 2013, em frente à Assembleia da República, uma vez que diversas notícias davam conta de já ter sido concluído o relatório da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), tendo o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) usado da palavra para fundamentar a apresentação do requerimento, sublinhando que apenas formalizou a entrega do mesmo, por escrito, porque tal lhe foi solicitado pelo PSD na passada reunião da Comissão. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) reafirmou que esse tinha sido o entendimento do PSD, o de que o requerimento do PS deveria ser formalizado por escrito e objeto de votação, salientando que não tinha sido assumido qualquer compromisso, por parte do PSD, para a vinda do Ministro da Administração Interna à Comissão, e recordou que ainda recentemente, no passado dia 17 de dezembro de 2013, o Ministro esteve na Comissão e respondeu a todas as questões que os Deputados entenderam colocar, tendo mesmo afirmado que o que se passou foi grave e teve uma consequência — a demissão do Diretor Nacional da PSP —, concluindo, por isso, que não se justificava a audição imediata do Ministro. Já o Senhor Deputado António Filipe (PCP) defendeu a utilidade da vinda do Ministro para o esclarecimento de aspetos centrais e sugeriu que fosse solicitado o envio de cópia do relatório elaborado pela IGAI para conhecimento dos Deputados. Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Por último, foi recordado pelo Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) que, a curto prazo, no dia 18 de fevereiro, está prevista uma audição regular do Ministro da Administração Interna, que poderá então dar conta do relatório da IGAI. Interveio ainda o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) propondo que a Mesa da Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

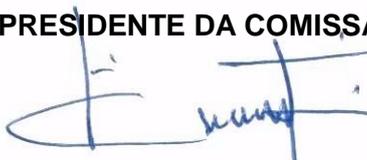
ATA NÚMERO 28/XII/3.^a SL

tentasse obter o relatório em causa, proposta que não mereceu oposição por parte dos demais grupos parlamentares presentes, pelo que ficou decidido que assim se faria.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de janeiro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 05-02-2014



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 28/XII/3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
Jorge Lação
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Nuno Sá Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
José Magalhães
Telmo Correia
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto